



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E
INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO REGULAR E
O USO DAS FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS NA APRENDIZAGEM**

FRANCISCA CLÉA ALMEIDA DE CARVALHO

ORIENTADORA: MSc. CARLA FRANCINI H. T. F. NASCIMENTO

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



FRANCISCA CLÉA ALMEIDA DE CARVALHO

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO REGULAR E
O USO DAS FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS NA APRENDIZAGEM**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da
Faculdade UAB/UNB - Pólo de Ceilândia, Orientadora:
Professora - MSc. Carla Francini H. T. F. Nascimento

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

FRANCISCA CLÉA ALMEIDA DE CARVALHO

A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO REGULAR E O USO DAS FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS NA APRENDIZAGEM

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16 / 04 / 2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

MSc. CARLA FRANCINI H. T. F. NASCIMENTO
ORIENTADORA

PROF.^a DRA. MÍRIAN BARBOSA TAVARES RAPOSO
EXAMINADOR

FRANCISCA CLÉA ALMEIDA DE CARVALHO
ALUNA

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

A duas pessoas muito queridas Luiz Lopes e Maria Celeste meus pais, meus primeiros professores, que me ensinaram que o estudo é a base para tudo. E com poucas palavras e exemplo me ensinaram que em meio à tribulação, devemos confiar no Senhor, pois Ele nos sustentará (...).

E que na vida somos atribulados, porém não angustiados; perplexos, mas não desanimados; perseguidos, mas não desamparados, abatidos, mas não destruídos, E que o mais importante, é ter bom animo e fortificar o coração no Senhor (...).

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

A Deus por todas as oportunidades que tenho em minha vida, por me dar forças para que eu supere todos os obstáculos que estão no caminho e por ter conseguido vencer mais esta etapa;

A meus pais, Luiz Lopes e Maria Celeste, por me ensinarem que o estudo é a maior herança que os pais podem deixar aos filhos, e por não medirem esforços para que eu alcance minhas metas;

A meus irmãos, por me darem apoio e ajudarem a superar os momentos de tristeza. Companheiros que choram junto comigo nos momentos de dificuldades...

A minha orientadora Carla Francini H. T. F. Nascimento pelo seu conhecimento, paciência e dedicação para a conclusão deste trabalho;

A amiga Fatima Ali Abdalah pela ajuda dedicação e pela correção quando necessário;

A Glauciane e Fabiana pelos conhecimentos, companheirismo, paciência, dedicação;

As professoras por terem aceitado o convite para participarem deste projeto;

As professoras e companheiras: Ivete e Márcia pelos conhecimentos compartilhados durante esta caminhada;

Em fim... a todos aqueles que, não mencionados aqui mais que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização deste,

...O meu muito obrigado!

RESUMO

Este estudo foi operacionalizado com o objetivo de conhecer o uso de algumas ferramentas pedagógicas específicas para o ensino de alunos com deficiência visual, em uma escola pública da Região Administrativa III, por meio de um questionário e entrevistas semiestruturadas gravadas realizados em uma escola inclusiva, com profissionais que atendem alunos com deficiência visual. Os dados obtidos por meio dos instrumentos utilizados indicam que a instituição é inclusiva como as demais escolas do Distrito Federal e que os professores regentes do ensino regular têm conhecimento das ferramentas que podem ser utilizadas no processo ensino aprendizagem do aluno deficiente visual, os mesmos não são capacitados para atuarem com esses alunos. A aprendizagem dos alunos com deficiência visual necessita de um ensino de qualidade, bem como os profissionais preparados para atendê-los. Partindo desde princípio a escola deve proporcionar estratégias que permita ao aluno o desenvolvimento das suas habilidades e potencialidades, sempre que possível. Sendo de fundamental importância que ele receba recursos materiais, pedagógicos, arquitetônicos e tecnológicos para a sua aprendizagem. Com relação à sala de recursos a mesma não se encontra localizada na instituição de ensino pesquisa, mas está equipada para atender os alunos com necessidades educacionais especiais. Diferentemente do professor regente o professor do atendimento complementar possui cursos de capacitação para atender o aluno, faz uso do material disponível (maquina braille, impressora braille, computador, material adaptado e outros recursos). Nesta pesquisa foi percebido que o professor regente não dá o suporte pedagógico ao aluno, enquanto o professor da sala de recursos realiza o seu papel e o do professor regente. As dificuldades apresentadas pelo professor regente provavelmente pode ser pelo fato do mesmo não possuir capacitação e nem utilizar o material adequado e adaptado ao aluno. A inclusão do aluno deficiente visual no ensino regular não é simplesmente colocá-lo em uma classe comum, antes de tudo o professor deve se preocupar em perceber a diversidade e a diferença de cada aluno, também é necessário preparar o profissional com palestras, cursos, orientações de como se usar as tecnologias e recurso disponíveis no processo ensino aprendizagem do aluno, uma vez que os recursos pedagógicos e o uso das tecnologias em conjunto com um profissional comprometido, no processo ensino aprendizagem tornam se ferramentas fundamentais no processo ensino aprendizagem.

Palavras-chaves: Deficiência Visual, Escola Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Tecnologia Assistiva.

SUMÁRIO

RESUMO	
APRESENTAÇÃO	10
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
1.1. Deficiência ao Longo da História	12
1.2. Definição de Deficiência Visual	13
1.3. Educação Especial	15
1.4. Inclusão Escolar	17
1.5. Aspectos Legais da Inclusão	18
1.6. O Deficiente Visual e as Tecnologias de Aprendizagem	19
II – OBJETIVOS	23
Objetivo Geral	23
Objetivos Específicos	23
III – METODOLOGIA	24
3.1. Contexto da Pesquisa	24
3.2. Participantes da Pesquisa	25
3.3. Estratégias para Construção das Informações	26
3.4. Estratégias para Análise das Informações	26
3.5. Estratégias para Análise das Informações Construídas	27
IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICES	39
I– Questionário do Professor Regente / Sala de Recursos	39
II – Roteiro para Entrevista com o Professor Regente	40
III – Roteiro para Entrevista com o Professor da Sala de Recursos	41
ANEXOS	42
I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	42
II- Carta de Apresentação	43
III – Figuras	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação da Perda da Visão Segundo a OMS	14
Tabela 2 – Duração e data das entrevistas com os participantes da pesquisa	26
Tabela 3 – Características dos participantes	27
Tabela 4 – Conceito de Inclusão na visão dos professores	28
Tabela 5 – Comparação das atribuições dos professores da Sala de Recursos	30
Tabela 6 – Recursos didáticos utilizados pelos professores na aprendizagem do aluno	31

DV

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Olho Humano	44
Figura 2 – Córnea com alterações na estrutura ou na função da visão	44
Figura 3 – Aluno fazendo cálculo com sorobã	44

LISTA DE SIGLAS

ANEE - Aluno com Necessidades Educacional Especial
CEEDV - Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais
DF - Distrito Federal
DV - Deficiência Visual
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
SEE - Secretaria de Educação Especial
SOE - Serviço de Orientação Educacional
SRDV - Sala de Recursos para Deficiente Visuais

APRESENTAÇÃO

Um dos objetivos da escola é formação do cidadão, sua preparação para o mercado de trabalho, e para que ele seja capaz de reconhecer e lutar por seus direitos e deveres. Para que este objetivo ocorra o indivíduo deve ser respeitado tanto nos direitos como nos deveres dentro e fora do ambiente escolar. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 afirma que “educação é dever de todos” não só do governo e educadores, como também dos familiares. Desta forma, uma educação que atende a todos sem discriminação de: “raça, necessidade educacional, condição social e física”, passa a ser um desafio, que vai além da criação, análise e aplicação das leis, decretos e pareceres criados para atender e proteger aos educandos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica criada pelo Parecer de nº 17/2001, descreve que “toda criança sempre que possível, possa aprender junta, independente de suas dificuldades e diferenças” (BRASIL, 2001). O Aluno com Necessidade Educacional Especial (ANEE) deve ser respeitado dentro de sua individualidade o ensino ofertado ao mesmo deve ser de qualidade. A resolução CNE/CEB nº 2 de 2001, artigo segundo descreve que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo a mesma organiza-se para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais”. Porém, incluir não é simplesmente a matrícula e frequência do estudante com necessidade especial em uma escola de ensino regular e deixá-lo, sem qualquer apoio material ou profissional especializado.

Partindo desse princípio a escola inclusiva necessita se tornar presente e atuante no meio acadêmico e social. Ou seja, a escola como formadora de pessoas consciente devem se preparar para fornecer uma educação que respeite e valorize seu educando com ou sem necessidade educacional especial, além disso ela necessita de qualidade, de profissional especializado que possa colaborar no processo de aprendizagem. Nessa linha de pensamento Sousa & Góes (1999) relatam que: “para atender com dignidade aos que na escola se encontram, novas iniciativas pedagógicas se fazem necessárias, iniciativas que demandam a construção de um novo entendimento político e ideológico do que seja escola” (p. 168).

Uma escola de qualidade deve procurar atender e superar as necessidades educacionais dos alunos que necessitam de atenção especial, independente de suas limitações. Embora a educação inclusiva esteja presente no ambiente escolar e na sociedade de uma forma geral, ainda se pode perceber que há que alguns profissionais educacionais que ainda tem dificuldade para atender aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais o que pode levar a uma condição de exclusão do aluno. Segundo Tunes & Bartholo (2007) a

exclusão é a negação da diversidade humana, e ela se manifesta sempre em particularidades, e entre os grupos excluídos os deficientes são os que menos se fala, ou se produz os meios necessários para a vida social. Para as autoras a exclusão se processa então no momento do reconhecimento do outro deficiente (p. 19) e que o “conceito de deficiência serve, pois, à exclusão. Eis aí o preconceito da deficiência. É, portanto, um contra-senso falar da inclusão de excluído quando basta apenas, não excluí-los, os chamado apenas pelo próprio nome” (p. 54).

Sendo assim, a escola e os profissionais que nela atuam devem realizar suas atividades de uma forma não exclusiva e fazer com que as potencialidades de aprendizagem e conseqüente aprimoramento da qualidade de vida do aluno com deficiência visual ocorram. Diante desse fato, qual é a contribuição do uso das tecnologias pedagógicas para estudantes com deficiência visual inclusão do aluno, no ensino regular? Qual é o papel do professor regente e do professor da sala de recursos (atendimento complementar)?

Na minha caminhada como docente tive oportunidade de atuar com educação infantil, alfabetização, séries iniciais e com alunos que necessitam de atendimento especializado, pois são deficientes visuais. Mas minha história com a deficiência visual não se deu apenas no âmbito profissional. Há mais ou menos onze anos um familiar adulto se tornou deficiente visual, por uma patologia conhecida como ceratocone (doença degenerativa que aos pouco muda a estrutura da córnea deixando em forma de cone). A partir deste fato procurei buscar informações a respeito das oportunidades, atendimentos ofertados além de cursos com relação à pessoa com deficiência visual (DV). Nesta busca por informações tive a oportunidade realizar um curso de braille na Secretaria de Educação do Distrito Federal, onde passei a conhecer um pouco mais das tecnologias educacionais voltadas aos estudantes deficientes visuais. Em 2001 através do concurso de remoção passei a integrar no corpo docente de uma Sala de Recursos para Deficiente Visual (SRDV), até então não tinha experiência de regência para atuar com DV. Assim, tive a oportunidade de trabalhar com um estudante cego e três alunos com baixa visão, para serem alfabetizados. Alguns questionamentos chegaram à mente. Como vou trabalhar com esses alunos? Uma vez que só o curso de braille não fornece informações suficientes para realizar um trabalho que venha desenvolver as potencialidades dos alunos DV. Apenas aprendi a simbologia para ler e escrever no sistema braille (simbologia utilizada pelos cegos para escrita e leitura), mas como alfabetizar essas crianças? Esse era o meu desafio. Desta forma me vi obrigada a buscar mais informações e capacitação, e no final quem me ensinou a alfabetizar um estudante com deficiência visual foi o próprio estudante.

No trabalho com aluno deficiente visual e no contato com seus professores frequentemente me deparo com questionamentos do tipo: como receber esse estudante em sala de aula? O que fazer com esse aluno em sala? Como esse aluno vai entender minha matéria? Se não sei o braille como vou corrigir as atividades e provas deste aluno? Como vou explicar esse conteúdo se ele é cego ou tem baixa visão? E outros questionamentos levantados a cerca do atendimento oferecido ao mesmo.

Com o objetivo de compreender a inclusão e os recursos tecnológicos utilizados na aprendizagem do aluno deficiente visual, realizou-se está pesquisa em uma escola regular de ensino, na rede pública da Região Administrativa III (RA III), do Distrito Federal.

A presente pesquisa foi organizada a partir dos objetivos dividida em três partes. Na primeira parte trata do referencial teórico, que foi subdividida em tópicos e subtópicos com o objetivo de conhecer os conceitos em relação a deficiência visual, escola inclusiva seus aspectos legais e históricos e na segunda parte descreve os métodos e técnicas bem como os resultados adquiridos para a se alcançar os objetivos.

Na segunda parte relata a metodologia aplicada neste este trabalho, do qual se adotou uma pesquisa de natureza qualitativa. Os dados encontrados bem como a discussão dos mesmos encontram-se na terceira parte desta pesquisa. E por fim a as considerações finais desta pesquisa.

I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

A deficiência está presente na história da humanidade desde o início. A Bíblia, livro régio da fé e prática dos cristãos, descreve a existência de uma pessoa que ficou deficiente: “Isaac envelheceu e a vista escureceu-se e não podia ver” (Bíblia Sagrada - Gen. 27:1), ou seja ficou cego, se formos ler outros livros da Bíblia com mais profundidade vamos descobrir que há outros personagens com deficiência. Neste compêndio ainda podemos observar que a exclusão estava presente, uma vez que no velho testamento descreve que as pessoas que possuíam a lepra e conseqüentemente tornavam-se deficientes eram mantidas isoladas do convívio social, ou no relato do cego de Jericó que pedia esmola, uma vez que naquela época os cegos não trabalhavam (BÍBLIA SAGRADA).

Lendo a história da humanidade mais a frente na idade antiga e média as pessoas que ao nascer apresentassem algum tipo de anomalias (deficiência), seja ela visual, física, intelectual ou auditiva eram vista como: perturbações demoníacas ou castigo divino, desta forma esses indivíduos recebiam tratamentos desumano como a morte (MAZZARO, 2008).

Ainda segundo o autor na antiga Roma, os patriarcas matavam seus filhos que ao nascerem apresentassem algum tipo de “deficiência” (grifo meu). Na cidade de Esparta, todo recém-nascido da nobreza tinha que ser examinado em nome do Estado e da linhagem de famílias, por uma comissão de anciãos. Esse exame tinha por objetivo averiguar se o bebê tinha alguma deficiência, se fosse detectada alguma deficiência, seja ela de qualquer origem, a criança era lançada em um abismo situado na cadeia de montanhas Taygetos. Mas ao longo da história da humanidade as concepções sobre os portadores de deficiências, bem como as relações educacionais e sociais com os mesmos estão sofrendo mudanças de todos os lados: governamental, social e familiar.

Como conseqüência dessa mudança fez surgir a necessidade de idealizar uma escola acessível (escola inclusiva) a todos, além disso, mudança tanto no meio social, como nas políticas educacionais surgiram com o objetivo de melhorar a educação do aluno ANEE. Segundo a Secretaria de Educação Especial (SEE), as ações pedagógicas devem ser norteadas por princípios específicos: normalização, integração e individualização, dentre outros, que devem estar interligados durante o processo de inclusão que consiste em:

[...] oferecer aos portadores de necessidades especiais as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais a que outras têm acesso [...] respeitando-se as características pessoais (BRASIL, MEC/SEESP, 1994, p.16).

1.2. DEFINIÇÃO DE DEFICIÊNCIA VISUAL

A nossa visão tem como função básica captar tudo que está a nossa volta, sendo o olho (figura 1, anexo III) o órgão responsável por essa capacitação e qualquer alteração neste órgão compromete o ato de enxergar. Segundo Ramos (2006), “o olho humano é formado por um conjunto de elementos e forma específica atuam no ato de enxergar” (p. 02). De acordo com Mazzaro, (2008) “a nossa visão, nos fornece aproximadamente 80% das informações sensoriais”, e ainda promove a integração da pessoa no mundo e a perda da mesma pode diminuindo a capacidade de adaptação da pessoa no meio educacional, social e conseqüentemente nas suas atividades da vida diária (p. 45).

Segundo Melo (1991) a deficiência visual é caracterizada por perdas parciais (visão subnormal ou baixa visão) que após a melhor correção ótica ou cirúrgica, ou e totais da visão (cegos), que limitam o desempenho normal da visão. A perda da visão, visão subnormal, ou um déficit visual, que para Bautista (1997) esses termos referem-se à alteração permanente nos olhos ou nas vias de condução do impulso visual, que cause uma diminuição da capacidade de visão, onde a pessoa necessite de atenção particular para as suas necessidades, os cegos o autor define como aquelas pessoas não tem resíduo visual ou apenas tem percepção de luz, o que o torna um deficiente visual.

Para Brumer e colaboradores (2004), “a falta ou redução da visão não é o principal obstáculo para a inclusão dos deficientes visuais como cidadãos, consciente dos direitos e deveres, desde que lhe seja ofertado condições necessárias para a sua aprendizagem e meios de desenvolver e aplicar suas habilidades” (p. 321). Já de acordo com Mendonça (2008) “alterações na estrutura ou na função da visão (figura 2, anexo III) determina limitação na realização das atividades que envolvem a utilização da visão” (p. 05), ou seja, anomalia na estrutura do olho pode causar dificuldade no processo de aprendizagem uma vez que o professor se utiliza deste meio nas suas explicações.

O Decreto de nº. 5.926/04 considera deficiente a pessoa que apresenta comprometimento de natureza: auditiva; visual (sensorial) física; mental (intelectual) e múltipla. Neste mesmo decreto o artigo quarto, inciso III define a deficiência visual como:

[...] deficiência visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 graus; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004, p. 2).

De acordo Raposo & Carvalho (2010) “no Brasil existem cerca de 1,0 a 1,5% de pessoas com deficiência visual (aproximadamente 1,7 milhões de pessoas), sendo 80% com baixa visão e 20% cegas” (p. 07), as autoras define a deficiência visual como:

“uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em razão de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A diminuição da resposta visual pode ser leve, moderada, severa, profunda (que compõem o grupo com baixa visão) e ausência total da resposta visual (cegueira)” (RAPOSO & CARVALHO 2010, p. 06).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) citado por Montilha o deficiente visual “é o indivíduo que apresenta acuidade visual de 20/60 (0,05), no melhor olho e com a melhor correção óptica possível, até ausência de luz” (MONTILHA, 2006, p. 1). O grau de deficiência de uma pessoa segundo a OMS é classificado segundo a tabela 1, que está de acordo com a Escala Optométrica Decimal de Snellen, essa escala mede a acuidade visual para longe de uma pessoa (DE MASI, 2002).

Para Fissmer e colaboradores (2005) a acuidade visual é definida como a: “faculdade de discriminação do olho, ou seja, a capacidade de reconhecer detalhes do mundo exterior e que alterações no foco, implicam numa baixa acuidade visual, para longe” (p. 16).

Tabela 1 – Classificação da Perda da Visão Segundo a OMS

GRAU DE PERDA DE VISÃO	ACUIDADE VISUAL (com ambos os olhos e melhor correção óptica possível)	
	Máxima menor que	Mínima igual ou maior que
1. visão subnormal	6/18 (metros)* 3/10 (0,3) 20/70 (pés)	6/60 1/10 (0,1) 20/200
2. visão subnormal	6/60 1/10 (0,1) 20/200	3/60 1/20 (0,05) 20/400
3. cegueira	3/60 1/20 (0,05) 20/400	1/60 (capacidade de contar dedos a um metro) 1/50 (0,02) 5/300
4. cegueira	1/60 (capacidade de contar dedos a um metro) 1/50 (0,02) 5/300	Percepção de luz
5. cegueira	Não percebe luz	
9. Indeterminada ou não especificada		

Fonte: DE MASI, 2002.

A deficiência visual no âmbito educacional o deficiente visual têm as seguintes definições:

“Baixa visão: é a alteração na capacidade funcional da visão, decorrente de fatores ou associados, como: baixa acuidade visual, redução do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou limitam o desempenho visual da pessoa, podendo ser: severo, moderado ou leve. Do ponto de vista educacional a cegueira: é a perda total da visão, até a ausência de projeção de luz” (BRASIL, 2006, p. 13).

Ainda segundo a Secretaria de Educação Especial o termo cegueira legal (acuidade visual igual ou menor que 20/200 ou campo visual inferior a 20° no menor olho), deve ser evitado no meio educacional e deve ser utilizado apenas para fins sociais, uma vez que este termo não diz o potencial visual útil para a realização das atividades educacionais que o aluno irá realizar.

1.2.1. PATOLOGIAS MAS FREQUENTE QUE CAUSAM A DEFICIÊNCIA VISUAL

Entre as patologias que causam a deficiência visual Lima e colaboradores (2007) cita: Catarata Congênita, Glaucoma, Retinose Pigmentar, Atrofia do nervo óptico, Nistagmo, Toxoplasmose, Doença de Stargardt, Retinopatia da Prematuridade, Retinopatia Diabética, Albinismo, Deslocamento de Retina.

1.2.1.1. CATARATA CONGÊNITA

Catarata congênita: corresponde a uma opacidade do cristalino, (Lima e colaboradores 2007), a criança adquire através de infecção como a rubéola na gestação ou por trauma no parto, malformações oculares congênitas, síndromes genéticas, alterações sistêmicas com erros inatos do metabolismo, hereditariedade, uso de medicamentos, radiação ou ser idiopática é considerada responsável por altas taxas de cegueira (OLIVEIRA, 2004).

1.2.1.2. GLAUCOMA

Para Lima e colaboradores (2007, p. 14) “é o aumento da pressão interna do olho (pressão intra-ocular), devido a eliminação do líquido aquoso (que fica concentrado entre a córnea e o cristalino), pode ser congênito e adquirido, o aumento da pressão provoca defeitos no campo visual que pode causar a baixa visão e cegueira”.

1.2.1.3. RETINOSE PIGMENTAR

A retinose pigmentar “é a degeneração da retina periférica, onde há redução do campo visual”. (Lima e colaboradores, 2007, p. 14). Segundo Campos e colaboradores (2009, p. 01), é uma doença “hereditária que causa degeneração progressiva dos fotorreceptores (que são

responsáveis pela visão em baixa luminosidade, na visão noturna e periférica), levando a deficiência visual.”

1.2.1.4. TOXOPLAMOSE OCULAR

Segundo Bonametti e colaboradores (2010), a toxoplasmose é uma doença infecciosa, causada pelo *Toxoplasma gondii*, podendo ser adquirida ou congênita. O protozoário é encontrado na natureza, onde o ciclo de vida do parasita está no gato (hospedeiro definitivo). Ao entrar no organismo algumas seqüelas surgem que podem ser definitivas.

Ainda segundo os autores as seqüelas que o indivíduo adquirir pode ser: “retardo mental, paralisia cerebral, calcificações intracranianas, microcefalia, convulsões, surdez e coriorretinite ativa (seqüela mais comum, sendo que o risco de novas complicações na retina permanece por alguns anos, podendo terminar em cegueira). A deficiência visual pode ser parcial ou total” (BONAMETTI E COLABORADORES, 2010, p. 02).

1.2.1.5. RETINOPATIA DIABÉTICA

Retinopatia Diabética é a: “degeneração progressiva da retina pela falta de insulina, ou melhor, dizendo o açúcar (diabetes mellitus), nessa região o campo visual fica comprometido e causar a cegueira” (BOYCE, 2003, p. 05).

1.3. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial é definida, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9394/96, como: “uma modalidade de educação escolar oferecida de preferência na rede regular de ensino para educandos com necessidades educacionais especiais”. Sendo assim a educação especial passa a ter como objetivo ofertar ao educando o atendimento necessário para o processo educacional de maneira a construir o seu conhecimento e aprendizagem. Ainda nesta mesma lei no Capítulo V relata que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I. currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

III. professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (p. 119-120).

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 3º diz que a educação especial:

“é uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001).

A partir deste conceito Aranha (2001) diz que a escola deve:

“prevê intervenções decisivas e incisivas (...)”. “Além de investir no processo de desenvolvimento do indivíduo, buscar a criação imediata de condições que garantam o acesso e a participação da pessoa na vida comunitária, através da provisão de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais” (p. 163).

O ensino especial é um segmento da educação em que a sua proposta pedagógica tem por objetivo: respeitar o educando, suas potencialidades, além de assegurar aos ANEE's recursos próprios a sua aprendizagem e profissionais especialistas.

No Brasil de acordo com Mazzota (1997), a história da Educação Especial tem como ponto inicial a criação de uma instituição de ensino, no ano de 1854, por iniciativa do Governo Imperial sob o Decreto Imperial nº 1.428, na capital do Rio de Janeiro (RJ), o “Instituto dos Meninos Cegos” hoje o instituto é conhecido como o Instituto Benjamin Constant, mas tarde no ano de 1857, foi criado também na cidade do Rio o “Instituto dos Surdos/Mudos”, atualmente é conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (p. 43).

Desta forma a busca por uma educação que atenda as necessidades específica de cada educando não é recente, já que no Governo Imperial pode se observar uma pequena preocupação em atender os alunos com deficiência.

1.4. INCLUSÃO ESCOLAR

A educação inclusiva “requer um processo de transformação da escola, tanto no aspecto físico como no didático-pedagógico, para que os educando possam ter acesso e oportunidade educativa e social compatível com suas diferenças pessoais” (Mittler, 2003, p. 05). Para a Secretaria de Educação Especial algumas ações pedagógicas e devem ser norteadas por princípios específicos:

“normalização, integração e individualização, dentre outros, que devem estar interligados durante o processo de inclusão que consiste em:[...] oferecer aos portadores de necessidades especiais as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais a que outras têm acesso [...] respeitando-se as características pessoais” (BRASIL, 1994, p. 16).

Uma educação de qualidade deve está fundamentada “nos princípios da igualdade de direitos, independente de sua condição seja: social, emocional, física ou intelectual”. Que é um dos objetivos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Ainda segundo esta declaração no artigo 26º descreve que “Toda pessoa tem direito à educação, gratuita, pelo menos no ensino elementar e fundamental” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Partindo deste princípio o educando deve ser incluído, independente de sua condição. O termo inclusão vem sendo usado com muita freqüência, não só no meio educacional quando se fala de inclusão do ANEE, como na sociedade de forma geral (grifo meu). Mas o que é inclusão? Para Masini e colaboradores (2006), “a inclusão pauta-se na valorização da diversidade humana” (p. 15).

Já Mantoan (2003), relata que:

“a inclusão tem por objetivo: inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. As escolas inclusivas propõem um, modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos que é estruturado em função dessas necessidades (p.24).

Uma escola inclusiva deve proporcionar aos seus alunos mecanismos pelo qual o mesmo “aprenda”, adquira novos conhecimentos, desenvolva suas competências e habilidades, ou seja, promova a aprendizagem do seu educando. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) a educação inclusiva:

“implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogenias. A escola capacita seus professores, preparam-se, organizam-se e adaptam-se para oferecerem uma educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais [...]” (p. 40).

Para que a aprendizagem, bem como a construção do conhecimento aconteça é de fundamental importância que o educando tenha apoio dos seus familiares e do corpo docente que com ele irá construir seu processo de aprendizagem, bem como que o mesmo seja respeitado nas suas características pessoais, além de ter suas potencialidades valorizadas.

1.5. ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO

As escolas públicas de todo o Brasil a cada ano recebem alunos com necessidades educacionais especiais (deficientes), o mais o que tem sido feito, no âmbito educacional e quanto a legislação? Nos últimos anos as ações políticas com relação a educação brasileira passaram por diversas mudanças com o objetivo de “melhorar a educação” dos alunos com necessidades educacionais especiais. Para Silva e colaboradores, (2010) a elaboração e execução de projeto educacional que melhore a educação e proporcione a inclusão escolar dos ANEE’s é de: “fundamental importância que o professor se fundamente em discussões teóricas, adquira conceitos, que possam fundamentar uma prática pedagógica, pratica essa deve está de acordo com as exigências do educando ANEE” (p. 02).

Um dos objetivos da Declaração de Salamanca realizada na Conferencia da Espanha, em 1994, era a promoção da “educação para todos”. As discussões realizadas nesta conferencia deu início a mudanças na educação e fez com que a educação inclusiva se tornasse presente no meio educacional, até os dias atuais, além de determinar a criação de leis e decretos para melhor atender os alunos com necessidades educacionais especiais – ANEE (Grifo meu, BRASIL, Declaração de Salamanca, 1994).

Segundo Ceolin e colaboradores (2009) na década 80, os educandos que apresentassem algum tipo de necessidades educacionais especiais de qualquer natureza passaram a frequentar o ensino regular, na perspectiva de que os mesmos sejam incluídos. A Constituição Brasileira de 1998 relata no artigo 208, que “é dever do Estado o: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A lei mátria deixa bem claro que não é permitida qualquer forma de exclusão do educando e do cidadão. No artigo 3º, inciso IV, relata que toda pessoa tem direito à cidadania e à dignidade, sem discriminação de: raça, idade, sexo, cor e ou ainda qualquer outra forma de preconceito. Nos Art. 205 e Art. 206 descreve que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família”, além disso, a educação especial aos portadores de deficiência será promovida e efetivada por profissionais especializados, o atendimento deve ser preferência na rede regular de ensino; segundo a capacidade de cada estudante.

Na década de 90 a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN - nº 9.394/96), com base na Declaração de Salamanca fundamentou a educação do educando ANEE, onde o mesmo passa a ter “direito assegurado de matrícula, em estabelecimento de ensino regular, sem discriminação, com o objetivo de integrar todos os níveis e graus de ensino”.

A Lei Orgânica do Distrito Federal no artigo nº 223 relata que: é função do poder público garantir aos ANEE's, atendimento especializado, além de ofertar recursos, e atendimento de reabilitação. Já o artigo 229 descreve que cabe ao Poder Público: 'assegurar a formação de profissionais, especialização a partir da educação infantil e para atuar na educação dos ANEE's e alunos superdotados', (DISTRITO FEDERAL, 1993, p.131).

Já a resolução CNE/CEB nº 2/2002 regulamenta a educação especial, onde a mesma deve iniciar a partir da educação infantil, e cabendo as instituições de ensino organiza-se para ao atendimento dos ANEE's, após avaliação psicopedagógica que evidencie essas necessidades.

As legislações de uma forma geral “representam um grande, passo mais não o principal” para a inclusão do ANEE, no meio acadêmico e social. Pode se observar que existe várias legislações específica para os ANEE's tanto a nível nacional como internacional e que as mesmas garantem a todos uma educação de qualidade e oferta de um atendimento educacional especializado de modo que o educando possa conseguir sua aprendizagem e que o mesmo possa ser incluso de fato em todos os aspectos.

1.6. O DEFICIENTE VISUAL E AS TECNOLOGIAS DE APRENDIZAGEM

Dentre os sentidos que o homem possui a visão é o fundamental, para a sobrevivência uma vez que “quase tudo” a nossa volta é visual. Segundo Raposo & Carvalho (2010), “o deficiência visual tem dificuldade se inserir no ambiente, de aprendizagem, tornando-se mais indefeso que um deficiente auditivo” (p. 01).

De acordo com Cunha & Enumo (2003) “o indivíduo com deficiência visual apresenta comprometimento na área sensorial. Apesar desse comprometimento, a pessoa deve ser compreendida como um ser integral, ou seja, mesmo que a diminuição ou perda da percepção visual interfira nas suas relações inter e intrapessoais, não se deve atribuir muita importância a perda da visão da pessoa” (p. 36). Segundo Ribeiro e colaboradores (2010) a escola tradicional “não reflete sobre a importância da reestruturação dos meios mediacionais no espaço escolar - se apoiando em concepções biologizantes e tendo apenas a figura do professor como o centro do processo educativo” (p. 11).

Para Bruner (2001) citado por Ribeiro e colaboradores “as práticas nas salas de aulas estão baseadas em um conjunto de crenças sobre as mentes dos alunos. Ainda de acordo com o autor as pedagogias refletem uma série de pressupostos – de origem científica, ou não - os

quais necessitam ser explicitados e reexaminados, já que algumas dessas concepções têm funcionado inadvertidamente contra o processo de desenvolvimento dos educandos” (p. 09).

A Lei Distrital nº 3.218/03 descreve que todas as escolas devem está estruturas para o atendimento educacional especializado, com o objetivo de atender os educando com necessidades especiais. E esse atendimento ocorrerá em: Salas de Recursos e Apoio, Professor itinerante, Centros de Ensino Especial, CAP e CAS. A Sala de Recursos é o espaço utilizado para o atendimento às diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares onde os ANEE’s (deficiência intelectual sensorial e física) e altas habilidades/superdotação, além dos transtornos funcionais como: dislexia, hiperatividade, déficit de atenção e transtornos globais do desenvolvimento (BRASIL, 2006, p. 13).

Centros de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP) é um espaço onde se oferece suporte e apoio pedagógico aos alunos cegos e com baixa visão, matriculados na rede de ensino, às SRDV e aos professores do ensino regular e a comunidade que adultos perderam a visão, além de qualificar profissionais que trabalham ou desejam atuar com alunos DV. (SÁ E COLABORADORES, 2007).

No Distrito Federal o CAP está localizado dentro de um Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais (CEEDV), diferentemente dos outros estados brasileiros, que tem um espaço próprio. Segundo Distrito Federal (2006) o CAP tem por objetivo principal:

“oferecer serviços de apoio pedagógico e suplementação didática ao sistema de ensino, de modo a proporcionar ao aluno cego e com baixa visão, condições apropriadas para o desenvolvimento do pleno de suas potencialidades e seu preparo pleno para o exercício da cidadania”, sua concepção não é só a função educativa mas também sociocultural do aluno DV (p. 58).

Para o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial as Salas de Recursos são:

“ambientes da escola onde se dar o atendimento educacional especializado para ANEE’s, por meio de estratégias de aprendizagem, e de um pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar” (BRASIL, 2006, p. 13).

Para que os alunos com deficiência visual possam ser atendidos na sala de recurso e ser atendido pelo serviço de itinerância no Distrito Federal os mesmos são encaminhados primeiramente para um médico especialista em oftalmologia que dá o diagnóstico do aluno. Com o laudo em mãos os alunos são encaminhados para a equipe de diagnóstico no Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais (CEEDV), onde é feita a avaliação psicopedagógica e da funcionalidade da visão do aluno, após essa avaliação da equipe especializada em deficiência visual os alunos são encaminhados para receber o atendimento em sala de recursos

para deficientes visuais. Segundo a Secretaria de Educação Especial (1994), o atendimento na sala de recurso ao aluno com deficiência visual deverá ser em horário contrário de aula, podendo ser em grupo ou individual observando-se alguns aspectos entre eles:

- Atividade que compõe a programação escolar e complementações curriculares específicas
- Potencial de aprendizagem dos educandos;
- Nível de escolarização dos alunos;
- Recursos necessários a sua aprendizagem (BRASIL, 1994).

O professor itinerante é definido pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica (2001) como:

“um serviço de orientação e supervisão pedagógica desenvolvida por professor especialista especializado que faz visitas periódicas às escolas para trabalhar com os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e com seus respectivos professores de classe comum da rede pública de ensino” (p. 50).

No ano de 1996, o Ensino Itinerante, foi criado para atender as necessidades do educando neste tipo de ensino o professor especializado se desloca até o ambiente escolar em que o aluno se encontra, seja residência, hospital ou escola e o atende, além de oferecer orientação. Para a Educação Especial o professor itinerante deve ser um especialista, não há referência de que a capacitação deve ser antes da entrada na itinerância ou se depois quando o professor já está atuando (BRASIL, 2001).

Segundo Pelosi & Nunes (2009) o professor itinerante tem como função facilitar a inclusão, auxiliar o professor regente a incluir o ANEE nas atividades realizadas na escola, além de orientar sobre equipamentos ou estratégias facilitadoras para o desenvolvimento do trabalho.

A visão é o meio pelo qual obtemos grande parte das informações de tudo que está a nossa volta. Partindo deste princípio o deficiente visual tem dificuldade de visualizar informações e adquirir novos conhecimentos? Ou necessita de tecnologias e recursos didáticos que possam auxiliar e contribuir no seu processo de ensino aprendizagem, além das atividades cotidianas. Os recursos que o aluno necessita devem ser adequados às suas especificidades. Para Cerqueira & Ferreira (2000) os recursos que o aluno utiliza no processo ensino aprendizagem podem ser classificados em:

- Naturais: elementos de existência real na natureza, como água, pedra, animais.
- Tecnológicos: rádio, toca-discos, gravador, televisão, vídeo cassete, computador, ensino programado, laboratório de línguas.
- Culturais: biblioteca pública, museu, exposição.

Segundo Raposo & Carvalho (2010) o aluno com deficiência visual em qualquer fase do ensino pode utilizar de recursos e estratégias que apoiem o desenvolvimento de suas atividades educacionais, pessoais, profissionais e sociais, além de poder utilizar as tecnologias

assistivas – TA, que lhes proporcionam uma maior independência e autonomia. A TA é um “termo que se utiliza para os recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com necessidades educacionais especiais e conseqüentemente promover vida independente e inclusão do mesmo” (BERSCH, 2008, p. 01).

As tecnologias assistivas segundo CORDE é “uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.” (CORDE – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII, 2007).

A deficiência visual acarreta para o aluno algumas dificuldades no processo de aquisição dos conhecimentos. Partido deste princípio é de fundamental importância que os mesmos tenham recursos disponíveis que colaboraram neste processo. Segundo Cerqueira & Ferreira (2000) a exploração tátil torna-se um elemento essencial no processo ensino aprendizagem do aluno com deficiência visual.

Basicamente a escrita e leitura do aluno deficiente visual cego se processa pela leitura tátil, que se dá através do braille, que são caracteres que surgiram no ano de 1825, criados por Louis Braille, um francês que se tornou cego aos três anos de idade. O sistema braille utiliza a combinação de seis pontos em alto relevo, distribuídos em duas colunas, onde o aluno faz a leitura tátil e escreve em alto relevo utilizando equipamentos como a reglete e a máquina braille (SILVA, 2008).

A combinação dos pontos representa as 26 letras do alfabeto, os acentos, a pontuação, os números, símbolos matemáticos, químicos e até as notas musicais. “As diferentes formas de escrever esses seis pontos permitem a formação de 63 combinações, o que permite ao aluno ler e escrever palavras e textos” (SILVA, 2008, p 19) Para que o aluno consiga ler o material em Braille o mesmo pode ser impresso na impressora braille escrito na máquina de datilografia braille ou na reglete com a ajuda da punção.

No ensino da matemática os alunos com deficiência visual utilizam o Sorobã (figura 3, anexo III) que é um instrumento utilizado para cálculos. Os primeiros sorobã chegaram ao Brasil por volta de 1908, trazidos pelos imigrantes japoneses. Em 1949 ocorreram as primeiras adaptações para que as pessoas deficientes visuais pudessem utilizar (BRASIL, 2006).

Na aprendizagem do aluno deficiente visual os aparelhos eletrônicos também são utilizados como forma de suprir a falta de visão. Segundo Garbin e colaboradores (2005) o acesso a tecnologia auxilia o processo de comunicação e interação através de ferramentas específicas e softwares com o objetivo atender o indivíduo com necessidades especiais. Dentre os sistemas operacionais utilizados pelos deficientes visuais os mais utilizados são: dosvox, o leitor de tela virtual vision e o jaws.

Segundo Sonza & Santarosa (2005), o doxvox é um sistema operacional para computadores do qual o usuário se comunica pela voz, ou seja, pela reprodução de fonemas em português, que são gerados sem o auxílio da pré-gravação. Sua tecnologia é totalmente nacional, sendo o primeiro sistema comercial a sintetizar vocalmente textos genéricos na língua portuguesa. Este programa viabiliza o uso dos computadores pelo deficiente visual. O sistema elaborado no ano de 1993, pelo Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) sob a coordenação do professor José Antônio dos Santos Borges. O programa é composto por:

- Leitor de telas/janelas para DOS e Windows;
- Programas sonoros para acesso à Internet, correio eletrônico e bate-papo;
- Sistema de síntese de voz para a língua portuguesa;
- Diversos programas de uso geral para deficientes visuais; com caderno de telefones, agenda de compromissos, calculadora, e outros;
- Editor, leitor e impressor/formatador de textos;
- Impressor/formatador para braille;
- Jogos de caráter lúdico;
- Ampliador de telas para pessoas com visão reduzida;
- Programas para ajuda à educação de crianças com deficiência visual.

O leitor de tela virtual vision é um software brasileiro que trabalha junto com o sistema operacional do computador transformando as informações para texto. Desta forma o deficiente visual pode ouvir o que esta na tela, ou seja, o virtual vision descreve o que esta sendo mostrado. O programa permite ao deficiente visual utilizar o windows e seus aplicativos (Garbin e colaboradores, 2005, p. 04).

Além dos softwares o aluno deficiente visual baixa visão também pode adquirir informações por meio dos recursos ópticos e não ópticos. Para Sá e colaboradores os recursos ópticos são lentes de uso especial com alto poder de ampliação, que tem por objetivo magnificar a imagem da retina, e devem ser utilizados mediante prescrição e orientação de um médico oftalmologista, como por exemplo: as lupas manuais e eletrônicas (p. 19-20). Para Haddad (2001), os recursos não ópticos são acessíveis e de baixo custo, ajudam na função visual, sem o auxílio de lentes, ou que melhoram as condições ambientais, posturais para a realização das atividades. E ainda segundo a autora tais recursos de adaptação funcional,

podem ser utilizados isoladamente ou em conjunto com auxílios ópticos com o objetivo de promover a sua adaptação (2001, p. 37) entre esse recursos estão: adaptação de gráficos, mapas, tabelas, material ampliado, utilização de cadernos de pauta ampliada, iluminação, lápis 6B, plano inclinado, canetas adequadas para os alunos com baixa visão.

Os recursos didáticos e as tecnologias são recursos essenciais na aprendizagem do aluno, uma vez que os mesmos têm como função facilitar e contribuir na inclusão do aluno deficiente visual e a falta dos mesmos podem vir a comprometer no desempenho do educando.

II – OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

- Investigar o uso de algumas ferramentas pedagógicas específicas para o ensino de estudantes com deficiência visual nos anos finais do ensino fundamental de uma escola da rede pública de ensino.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar se os professores fazem uso das ferramentas específicas para a aprendizagem do aluno com deficiência visual;
- Conhecer as opiniões dos professores a respeito da inclusão e se há dificuldades frente ao aluno DV;
- Verificar se os alunos deficientes visuais possuem currículo adaptado;
- Averiguar se o aluno o deficiente visual realizam avaliações adaptadas;
- Conhecer o perfil do professor que trabalha com o aluno deficiente visual;
- Averiguar se as atribuições do professor da sala de recursos são as mesmas sugeridas pela Orientação Pedagógica, Educação Especial, DF, 2010.

III - METODOLOGIA

A pesquisa científica tem com função a aquisição de conhecimentos além do desenvolvimento do pensamento crítico, para que essa aquisição ocorra se faz necessário um método, para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados. Gil (2006) define a pesquisa como: “um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, que tem como função primordial de descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (p. 42).

Ainda segundo Gil (2006) o método científico é o conjunto de processos técnicos e intelectuais que utilizamos na elaboração de uma pesquisa científica (p. 42). Para aquisição de conhecimentos esta pesquisa foi desenvolvida, de dezembro a 2010 a janeiro de 2011, caracterizada como pesquisa, de natureza qualitativa, tendo por objetivo investigar o uso de algumas ferramentas pedagógicas específicas para o ensino de estudantes com deficiência visual nos anos finais do ensino fundamental de uma escola da rede pública de ensino. Para coleta de dados foram utilizados recursos pré-estabelecidos como: a entrevista e o questionário.

As análises das entrevistas seguiram o modelo metodológico proposto por Silva & Tunes (1999). Onde as entrevistas partem de uma questão inicial em comum a todos aos dois grupos de professores. As questões subsequentes diferenciam-se para os professores regentes e da sala de recursos (atendimento complementar). Essa particularidade se da pelo fato da pesquisadora entender que os trabalhos realizados são diferenciados, pois o professor regente trabalha o conteúdo muitas vezes oralmente e o professor da sala de recursos oferece condições para o aluno entender os conteúdos, com a utilização de material adaptado, estimulação visual.

Neste estudo utilizou-se a pesquisa qualitativa uma vez que este tipo de pesquisa permite conhecer opiniões, colher informações dos participantes envolvidos na pesquisa, e segundo Teixeira & Pacheco, (2005) o método qualitativo se: “caracteriza pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento dessas informações por meio de técnicas estatísticas” (p. 60).

3.1. CONTEXTO DA PESQUISA

O presente estudo foi desenvolvido em uma instituição pública do ensino fundamental, situada a cerca de: 19 km do Plano Piloto, dividida em três áreas: Norte, Centro e Sul. A

escola em questão fica na parte sul, próximo ao centro, trata-se de uma escola de médio porte, que apresenta uma boa conservação do espaço físico e material. Atualmente a escola tem 33 professores regentes, deste total: vinte e oito são concursados e efetivos com lotação fixa na escola e cinco são professores que estão cobrindo licenças (três são professores de contrato e dois professores efetivos sem lotação na escola). Três professores (readaptados) trabalham no apoio à direção, uma professora readaptada na biblioteca, três coordenadores, um coordenador do integral (escola integral), duas professoras na sala de recursos generalista, sendo uma licenciada na área de humana e outra em exatas, uma professora de artes readaptada ajuda no atendimento dos alunos com deficiência n projeto arte e terapia e uma monitora que auxilia no atendimento dos alunos ANEE's. Na cantina trabalham quatro merendeiras, os porteiros e os servidores das escolas são terceirizados, dois orientadores educacionais, dois secretários. A equipe diretiva está assim composta: diretor, vice-direção, dois apoio sendo um administrativo e pedagógico um supervisor pedagógico.

Sua estrutura física dispõe de dez salas de aula, sala de professores com dois ambientes, um desses ambientes é feita a coordenação. Este espaço trata-se de um ambiente bem arejado. Há na instituição de ensino uma cantina e um depósito de gêneros alimentícios, um pequeno pátio coberto que serve para as apresentações dos alunos, dependências administrativas, um laboratório de informática, dois depósitos: materiais de limpeza e material pedagógico, biblioteca ampla e arejada com duas entradas, uma para dentro do pátio da escola e outra para fora da escola, uma sala de aula que foi adaptada para o SOE (serviço de orientação Educacional), uma sala de recursos que como o SOE foi adaptado para atendimento dos alunos ANEE's, uma secretaria, sala de apoio/direção, mecanografia, na área externa uma quadra de esporte, um estacionamento e uma cantina particular.

No Distrito Federal todas as instituições de ensino público, seguindo as orientações do Ministério da Educação, são consideradas escolas inclusivas. Tendo esse pressuposto como foco, podemos dizer que a escola participante apresenta em seu Projeto Político Pedagógico esses ideais. A escola atende alunos das mais variadas localidades do Distrito Federal e do entorno (Águas Lindas e Santo Antônio do Descoberto). Atualmente atende 1061 alunos do ensino regular do 6º ano ao 9º ano, em classe comum, distribuídos no turno matutino e vespertino. Deste total de alunos 18 são considerados ANEE's (intelectual, visual, física, altas habilidades e conduta típica). Dos ANEE's matriculados três são DV (dois são cegos e um com baixa visão). É importante ressaltar que a baixa visão do aluno é um grau leve, onde não necessita de material ampliado, os dois alunos com cegueira ficaram cegos em outubro de

2008, por patologias diferentes e apesar de estarem no sexto ano de escolaridade, estão sendo alfabetizados no sistema braille em horário contrário.

A escola, como as demais públicas do DF, não possui um currículo próprio, pois segue ao padrão de currículo da Educação das Escolas Públicas do DF. A Instituição de Ensino tem um Projeto Político Pedagógico elaborado pelos docentes da escola e pela equipe diretiva, embora, não tenha uma proposta específica para o aluno DV, sua linha de ação envolve a inclusão de todos os alunos.

3.2. PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram desta pesquisa professores do ensino regular que lecionam para alunos DV no ensino fundamental, incluídos em classe comum de ensino; e professores da Sala de Recursos para Deficiência Visual. No primeiro momento os professores regentes e os da sala de recursos responderam um questionário com perguntas fechadas, com as seguintes dimensões: formação acadêmica, faixa etária, sexo, tempo de magistério, tempo experiência com alunos DV e em um segundo momento participaram de uma entrevista previamente marcada, onde os professores puderam falar das suas dificuldades no processo de ensino aprendizagem dos alunos DV, sua concepção a respeito da inclusão e sobre os recursos didáticos utilizados na aprendizagem do aluno DV, sugestões para viabilizar a inclusão escolar de alunos com deficiência visual. No capítulo II, do decreto 5.296/04 considera que ajudas técnicas são: “os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida” sendo assim este trabalho procurou conhecer se os professores utilizam os materiais adaptados disponíveis para o ensino dos alunos DV.

Foram entrevistados quatro professores da Sala de Recursos DV e quatro professores regentes que atuam com esses alunos, que estão devidamente matriculados regulamente no ensino fundamental de uma escola pública de ensino do Distrito Federal (DF). Nesta pesquisa os profissionais foram identificados como P1, P2, P3, P4, onde essa identificação foi utilizada para professores regentes e PS1, PS2, PS3, e PS4 é a identificação dos professores sala de recursos Cada participante recebeu um termo livre esclarecido (anexo I) que foi assinado no início da coleta de dados.

Na tabela 2 encontra-se representado o perfil dos participantes e experiência com relação aos alunos deficientes visuais (DV). Todos os participantes são do sexo feminino, os

professores da Sala de Recursos DV têm entre 36 anos e 45 anos de idade, com relação aos professores regentes a idade está acima dos 40 anos. Pode se observar que todos têm experiência de regência de classe no ensino regular, sendo que o mais antigo tem mais de 24 anos e mais novo 13 anos. Os participantes têm formação acadêmica superior em exatas, ciências da natureza e humanas, com relação ao quesito pós-graduado todos concluíram o curso de pós, nas seguintes áreas: educação e psicanálise, administração escolar, cinco em educação inclusiva, psicopedagogia. No item experiência com alunos DV três professores regentes tinham experiência anterior com alunos DV, apenas um professor era o primeiro ano, com relação aos professores da sala de recursos apenas uma professora não tinha experiência com alunos DV antes de ir atuar na SRDV.

Tabela 2 – Características dos participantes

Participantes	Sexo	Formação acadêmica		Tempo de magistério	Experiência com alunos DV	Capacitação	
		Licenciatura em	Pós-graduação			Educação Inclusiva	Deficiência Visual
P1	Fem.	Matemática	Sim	mais de 20 anos	Sim 2 anos		
P2	Fem.	Português	Sim	15 anos	Sim	sim	não
P3	Fem.	Ciências	Sim	mais de 20 anos	Primeiro ano	não	não
P4	Fem.	Artes	Sim	mais de 20 anos	Sim 2 anos	não	não
PS1	Fem.	Pedagogia	Sim	20 anos	Sim	não	não
PS2	Fem.	Letras	Sim	13 anos	Sim	sim	sim
PS3	Fem.	Pedagogia e Matemática	Sim	24 anos	Sim	sim	sim
PS4	Fem.	Pedagogia	Sim	16 anos	Não	sim	sim

Fonte: Questionário respondido pelos participantes

3.3. ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Os instrumentos escolhidos para levantamento das informações foram obtidos por meio de recursos pré-estabelecidos de coletas de dados, como: questionário e a entrevista com professores que atuam como regentes e em sala de recursos DV (apêndice I, II e III). De acordo com o capítulo quinto, do artigo 59 da LDBEN (9394/96), onde diz que para atuar na educação especial os professores deverão ter: “[...] especialização adequada em nível médio ou superior, em atendimento especializado”. Para se saber a respeito da formação e conhecer o perfil dos professores utilizou-se o questionário. As perguntas das entrevistas são diferentes para o professor regente e para o professor da sala de recursos uma vez que os mesmos realizam trabalhos diferenciados.

A coleta de dados se deu a partir de entrevistas semiestruturada, por meio de gravações e aplicação de um questionário. Sendo um para professores regentes do ensino regular que trabalham com deficientes visuais e outro para os professores da Sala de Recursos para Deficientes Visuais. Antes da aplicação dos instrumentos, foi feita uma visita previa na escola para conhecer a mesma e averiguar se a equipe gestora aceitava a realização da pesquisa com os profissionais. Em um segundo momento foi agendado entrevista com os professores de acordo com a disponibilidade de horário dos participantes.

3.4. ESTRATÉGIAS PARA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Na entrevista semiestruturada segundo Silva & Tunes (1999, p. 251) utiliza se geralmente de um roteiro que delinea a entrevista. Nesta pesquisa a coleta de dados consistiu da utilização do questionário e de entrevistas semiestruturadas, com gravação. Que após a mesma foi ouvida várias vezes e feita a transcrição das mesmas. A entrevista iniciou-se a partir de uma pergunta inicial comum aos dois grupos, com o objetivo de conhecer as concepções dos professores participantes da pesquisa, sobre inclusão e, a partir desta pergunta outras perguntas foram feitas como: desenvolvimento do trabalho pedagógico em sala de aula, com o aluno DV, bem como das dificuldades encontradas ao se trabalhar com aluno DV.

Foram realizadas entrevistas com duração média de 20 minutos, dependendo do ritmo do entrevistado. A coleta de dado do questionário foi realizada em dezembro de 2010 e as entrevistas em fevereiro e março de 2011, na tabela 3 encontram-se os dados com relação às datas das entrevistas e o tempo duração.

Tabela 3 – Duração e data das entrevistas com os participantes da pesquisa

Participantes	Data	Duração	Entrevista
P1	28.02.11	11'	1
	10.03.11	08'	2
P2	03.03.11	21'	1
P3	14.03.11	20'	1
P4	10.03.11	22'	1
PS1	09.03.11	11'	1
		09'	2
PS2	10.03.11	20'	1
PS3	05.03.11	21'	1
PS4	10.03.11	12'	1
	14.03.11	10'	2

Fonte: Entrevista respondida pelos participantes

Legenda: P= professor regente e PS = Professor de Sala de Recursos

3.5. ESTRATÉGIAS PARA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONSTRUÍDAS

Os dados coletados por meio do questionário tal instrumento continha perguntas fechadas, por meio das quais poder-se-ia obter informações a respeito dos professores, utilizou-se duas entrevistas abertas onde os professores entrevistados puderam dar a sua opinião, posteriormente as respostas foram organizadas em categorias e em seguida as mesmas organizadas em tabelas para melhor compreensão dos dados.

IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados adquiridos foram organizados a partir do questionário e das entrevistas realizados com os participantes, as respostas foram grupadas em categorias para análise dos dados, onde se procurou fazer uma comparação das respostas com o referencial teórico. As informações foram arquivadas em tabelas o que permite uma visão ampla dos dados. No primeiro momento procurou conhecer o perfil do professor, sua área de atuação, tempo de magistério, experiência em sala de aula com alunos DV, sua idade e atualização. As análises destes dados foram descrito no capítulo anterior e encontram-se expostos na tabela 2.

Para Manton (2003), a escola inclusiva respeita as diferenças existem entre todos os indivíduos, não se justifica a classificação das pessoas em grupos e segregá-los na escola e em outros ambientes. Os professores regentes e da sala de recursos entrevistados foram indagados a respeito do conceito de inclusão. Quanto ao conceito de inclusão identificou-se uma única categoria, que relaciona a inclusão ao ambiente (escola) e aos recursos físicos, as respostas dos entrevistados encontram-se exemplificadas na tabela 4.

Tabela 4 - Conceito de Inclusão na visão dos professores

Participantes	Conceito de Inclusão
P1	“é o deficiente ser inserido no ambiente escolar, dar recurso para que o aluno possa desenvolver suas potencialidades e ser preparado para o exercício da cidadania”.
P2	“inclusão para mim é que a escola, falando de escola por que a sociedade também tem que ser inclusiva. É receber toda e qualquer pessoa na escola e que ofereça recursos para essa pessoa desenvolver né os estudos sua aprendizagem pra mim isso é inclusão. Tratá-lo como igual oferecendo recursos para que ele alcance a igualdade”
P3	É o deficiente se inserido... é colocar o deficiente no ensino regular e dar suporte, físico, material e profissional, para que ele consiga se desenvolver.
P4	“na escola... Bem pra mim quando você é... essas crianças que são ditas deficientes (diferentes), quando você proporciona... suporte acadêmico quando ela chega a escola, para que consiga se desenvolver , ou a escola deve atende-la de forma satisfatória para ela consiga se desenvolver da mesma forma que os outros meninos e que ela seja aceita e conviva c os outros de forma igual”.
PS1	“inclusão... é o recebimento do aluno com qualquer deficiência na escola de classe comum e da suporte para que ele acompanhe as aula”.
PS2	“inclusão para mim é... dar aos alunos oportunidades iguais é inserir o aluno no ambiente escolar dando suporte para o aprendizado e a sua formação como todo”.
PS3	“inclusão... é você oportunizar a todos os alunos o acesso a educação, com igualdade de oportunidade”.
PS4	“receber qualquer pessoa sem distinção, pois tem direito a educação, é dar suporte, é prepara o aluno para o exercício da cidadania

Fonte: Entrevista realizada com os professores.

Pode se observar pela resposta dos professores que a inclusão escolar é promover recursos para receber o aluno e prepará-lo para o exercício da cidadania e desenvolver suas habilidades. Desta forma a escola ao elaborar o currículo do aluno o mesmo deve constar as adequações necessárias para a sua inclusão e sua aprendizagem. Segundo os parâmetros

Curriculares Nacionais (1998) as adaptações curriculares “constituem, de possibilidades educacionais que atua frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos, que implica a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem”:

- o que o aluno deve aprender;
- como e quando aprender;
- que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- como e quando avaliar o aluno (BRASIL, 1998, p. 33).

A resolução nº 2/2001, do Conselho Nacional de Educação, descreve no item III artigo 8º, que as escolas devem se organizar de forma a dar suporte para:

“flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória” (BRASIL, Resolução CEB nº 02/2001)

Os professores da sala de recursos têm papel fundamental na promoção da educação do mesmo, cabendo a ele dar suporte ao professor do ensino regular, orientar, adaptar materiais necessários a aprendizagem do aluno, orientar as famílias e a escola sempre que necessário. Pode se observar pelas respostas dos professores da sala de recursos têm ciência das suas atribuições e de suas funções com relação ao atendimento do aluno DV. As atribuições citadas pelos professores da sala de recursos estão de acordo com o Plano Orientador Ensino Especial de 2010 do DF, conforme exemplificado na tabela 5.

Quando questionados (professores regente e de sala de recursos) a respeito das adaptações necessárias para a aprendizagem do aluno os professores responderam que todos os alunos com DV tinha currículo adaptado bem como as avaliações realizadas com os mesmo eram adaptadas, e que não há redução de conteúdos. Ou seja, seguem as orientações sugeridas pela Resolução CNE/CEB nº 2/2001, onde determina que os alunos DV devem ter currículo e avaliação adaptados e que tanto o currículo como a avaliação devem se ajustar as condições do educando.

Segundo Rizkallah e Garola (1999, p. 06) “algumas dificuldades de aprendizagem do aluno ANEE, se dar pelos mesmos não serem ensinados de forma correta, e que a deficiência centrava-se na pedagogia que deveria estimular de forma diferenciada a todas as crianças”. Os professores regentes entrevistados foram indagados a respeito das dificuldades no processo de ensino aprendizagem do aluno DV em sala de aula, encontram-se três categorias a: falta de curso para preparar o professor regente, demora na entrega do material adaptado, muitos alunos na turma, como fica evidenciado na fala de algumas professoras: “as turmas são muito

grandes o que dificulta o atendimento ao aluno, os dias de curso bate com a minha coordenação...”, “...é a falta de preparo mesmo, de recursos e as vezes falta de material adequado”. Entretanto os mesmos recebem orientações dos professores pelo professor itinerante da sala de recursos para deficientes visuais. Portanto preparar o profissional para incluir o aluno é bem mais que fornecer ao

Para a Orientação Pedagógica - Ensino Especial, 2010:

“não é apenas a qualificação profissional do professor, inicial e continuada, fator indicativo de sua competência para atuar com estudantes com necessidades especiais. É imprescindível que ele disponha de qualidades humanas e de desenvolvimento profissional que capacite para essa atuação” (DISTRITO FEDERAL, 2010, p. 60)

Quando indagados quanto ao acompanhamento do aluno nas atividades desenvolvidas na sala de aula, os entrevistados responderam que: “a partir de sua participação oral, na sala de aula”, “...então nas atividades da sala de aula, ele é muito participativo oralmente e eu levo em conta...”. Pode se perceber que os mesmos demonstram uma preocupação em ver se o aluno está entendendo e aprendendo o conteúdo, como ficou evidenciado nas respostas dadas pelos mesmos, ou seja, os professores avaliam o desempenho escolar dos alunos DV, também pela sua participação nas aulas e não só pelas avaliações. É importante ressaltar que o aluno em qualquer fase da educação tem direito garantido e assegurado, e a sua disposição materiais e recursos adequados a aprendizagem do mesmo.

Para Sonza & Santarosa (2005) os ambientes digitais de aprendizagem em parceria com a TA dão autonomia ao deficiente e ajudam no processo ensino aprendizagem. Ainda de acordo com os autores “softwares de acessibilidade aos ambientes digitais para deficientes visuais utilizam basicamente ampliadores de tela para aqueles que possuem perda parcial da visão e recurso de áudio, teclado e impressora braille para os sujeitos cegos” (p. 2 - 3).

Para facilitar a aprendizagem dos alunos com deficiência visual se faz necessário que os mesmos tenham recursos-didáticos próprios, na tabela 6, estão expostos alguns materiais que o aluno utiliza no processo ensino aprendizagem do aluno com necessidades visuais.

Tabela 5: Comparação das atribuições dos professores da Sala de Recursos

Atribuições da sala de recursos repostas dos professores entrevistados	Atribuições da sala de recursos os professores conforme o Plano Orientador Ensino Especial 2010	
<ul style="list-style-type: none"> • “colaborar com o professor regente na implantação de estratégias necessárias a aprendizagem do aluno; • utilização de recursos que favoreçam a aprendizagem do aluno; • ajudar na aprendizagem da simbologia braille; • promover a inclusão do aluno nas atividades desenvolvidas na escola, • envolver a família e a escola no processo de educacional do aluno ANEE; • ensinar o aluno a usar o sorobã nas atividades de cálculos; • ajudar o aluno no uso das tecnologias; • realizar adaptações de pequeno ou grande porte quando necessária a aprendizagem do aluno; • preparar e adaptar materiais didáticos pedagógicos que possam contribuir na aprendizagem do aluno bem como usar técnicas e instrumentos, de modo a respeitar as diferenças individuais; • acompanhar na adaptação curricular do aluno ANEE, além de orientar os professores sobre a mesma e participar no processo avaliativo do aluno; • realizar palestras com o objetivo de orientar a comunidade escolar sobre a inclusão do aluno ANEE; • realizar treinamento dos recursos ópticos e não ópticos, atividades para autonomia do aluno estimulação visual e ampliação e transcrição de material”. 	<ul style="list-style-type: none"> • promover e apoiar a alfabetização e o aprendizado pelo Sistema Braille; • realizar a transcrição de materiais, Braille/tinta, tinta/Braille, e produzir gravação sonora de textos; • realizar adaptação de gráficos, mapas, tabelas e outros materiais didáticos para uso de estudantes cegos; • promover a utilização de recursos ópticos (lupas manuais e eletrônicas) e não ópticos (cadernos de pauta ampliada, iluminação, lápis e canetas adequadas); • adaptar material em caracteres ampliados para uso d estudantes com baixa visão, além de disponibilizar outros materiais didáticos; desenvolver técnicas e vivências de orientação e de mobilidade e atividades da vida diária para autonomia e para independência; • desenvolver a competência do estudante para o uso do sorobã; • promover adequações necessárias para o uso de tecnologias de informação e de comunicação; • atuar como docente nas atividades de complementação ou de suplementação curricular específica; • atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante com deficiência ao currículo e a sua interação no grupo; 	<ul style="list-style-type: none"> • promover as condições de inclusão desses estudantes em todas as atividades da instituição educacional; • orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional; • informar à comunidade escolar quanto à legislação e às normas educacionais vigentes asseguradoras da inclusão educacional; • participar do processo de identificação e de avaliação pedagógica das necessidades especiais e de tomadas de decisões quanto ao apoio especializado necessário para o estudante; • preparar material específico para o uso dos estudantes na sala de recursos; • orientar a elaboração de material didático-pedagógico que possam ser utilizados pelos estudantes nas classes comuns; • indicar e orientar professores e gestores para o uso de equipamentos e de materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade e articular, para que a proposta pedagógica da instituição educacional seja organizada coletivamente em prol de uma educação inclusiva; • responsabilizar-se, juntamente com os docentes, pelas adequações curriculares, necessárias ao processo educacional do estudante com necessidade educacional especial

Fonte: Entrevistas com os professores da Sala de Recursos

Fonte: Orientação Pedagógica Ensino Especial, p. 84-85, 2010.

Apesar dos professores regentes terem conhecimento dos recursos tecnológicos e materiais que viabilizam a aprendizagem do aluno, uma grande parte dos entrevistados utilizam recursos didáticos como: sistema braille, gravação, ampliação e material em alto relevo.

Tabela 6: Recursos didáticos utilizados pelos professores na aprendizagem do aluno DV

Recursos Participantes	P1	P2	P3	P4	PS1	PS2	PS3	PS4
Sorobã	X		X		X	X	X	X
Braille	X	X	X	X	X	X	X	X
Máquina Braille	X	X	X	X	X	X	X	X
Softwares		X	X	X	X	X	X	X
Material ampliado	X	X	X	X	X	X	X	X
Gráficos e Mapas em alto relevo	X	X	X	X	X	X	X	X
Calculadora sonora	X		X		X	X	X	X
Material concreto	X		X	X	X	X	X	X
Ledor		X	X		X	X	X	X
Lupas de aumento		X		X	X	X	X	X
Gravação de material		X	X	X	X	X	X	X
Descrição de gravuras		X		X	X	X	X	X
Uso do notebook em sala de aula	X	X	X	X	X	X	X	X
Multiplano	X	X			X	X	X	X
Reglete e Punção								
Bengala	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Entrevistas com os professores

Na fala dos professores da sala de recursos pode ser percebido que os recursos didáticos disponíveis aos alunos com deficiência visual são pouco utilizados no contexto das aulas pelos professores regentes, como por exemplo: “...mas toda vez que o material vai adaptado para o professor regente e apesar da orientação, o aluno vem a sala de recursos para entender e saber como utilizar...”, “mesmo com a explicação dada ao professor da sala de aula o aluno trás o material para a sala de recursos e pede para a gente explicar...”, “meu aluno sempre vem a sala de recursos para receber explicação do material e do conteúdo da sala de aula...”, “...geralmente o professor regente pede que o aluno venha a sala de recursos e peça ajuda como usar o material e do conteúdo...” Percebe-se que os recursos ainda são pouco utilizados, uma vez que os alunos procuram a sala de recursos para as explicações e o modo de utilização dos mesmos. Sabe-se que a aprendizagem do aluno com deficiência visual se dar de forma diferenciada e que a instituição de ensino deve contar com recursos humanos e pedagógicos, partindo deste princípio é necessário que a escola estruture para atender este aluno, e para que de fato a inclusão ocorra.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou investigar e explicitar o uso de algumas ferramentas pedagógicas específicas para o ensino a aprendizagem do educando com deficiência visual, usadas por professores regentes e de sala de recursos específica, que atuam com esses alunos, nas séries finais do ensino fundamental. Para tanto realizou-se uma pesquisa de campo com professores regentes e professores da sala de recursos responsáveis pelo processo de ensino aprendizagem dos alunos deficientes visuais, que funciona de forma inclusiva, utilizou-se um questionário e entrevistas semiestruturadas.

Com base nos dados analisados o presente trabalho identificou dentro da unidade educacional pesquisada, pontos positivos sobre a inclusão do aluno com deficiência visual, no processo ensino aprendizagem. A escola oferta recursos didáticos tecnológicos, além do apoio especializado, apesar dos professores regentes não terem cursos específicos para atuar com alunos DV, os mesmos são orientados com trabalhar com o aluno. A sala de recursos que atende a esses alunos não se encontra localizada nessa instituição escolar, mas dispõe de recursos humanos (professores especializados na área de humanas e ciências da natureza) e didáticos como: recursos ópticos e não ópticos (lupa eletrônica e manual, para alunos com baixa visão), impressora braille de médio porte (Romeo), sorobã, reglete e punção, máquina braille, computador com programa de voz, braille fácil, e outros materiais, além de realizar atendimento, orientação aos professores regentes e a comunidade que dela necessita.

Quanto às dificuldades que o professor regente possui com relação ao trabalho desenvolvido com alunos deficientes visuais, verificou-se que os mesmos destacam como entrave à falta de cursos, material adaptado que demora a ser entregue e turma não reduzidas por conta do aluno DV. Nesta pesquisa ficou claro que o professor regente ainda não tem preparado específicos para atuar com alunos deficientes visuais, porém, os mesmos são orientados pelos professores da sala de recursos para trabalharem com esses alunos. Mas mesmo sendo orientados e terem conhecimentos dos recursos didáticos tecnológicos que auxiliam na aprendizagem do aluno com deficiência visual, em sala de aula, esses recursos são pouco utilizados. Vale ressaltar que ainda não estão claras para o corpo docente as funções, peculiaridades/diferenças e importância do trabalho do professor regente e do professor de atendimento educacional especializado, pois ao se tratar do atendimento do aluno com deficiência visual, fica somente a cargo do professor especializado, explicar, orientar, e dar suporte didático-pedagógico, permanecendo o professor regente alheio e distante desse

aluno. Também se observou que os professores regentes não fazem adaptações das aulas de forma a beneficiar o aluno com deficiência visual.

Nos últimos tempos novas tecnologias vêm surgindo com o objetivo de ajudar no processo ensino aprendizagem do aluno. Uma vez que elas contribuem para a igualdade de oportunidades, independência, para que o indivíduo possa ser incluído e para que as informações cheguem mais rápidas até o aluno. As tecnologias devem fazer parte da vivência do aluno DV, uma vez que as tecnologias ofertadas ao aluno deficiente visual são de grande importância, uma vez que contribuem para que o aluno possa pular barreiras existentes, ao facilitar o acesso a informações.

A escola deve sempre que possível buscar de recursos e ferramentas que viabilizam o desenvolvimento das potencialidades do aluno, sendo assim deve facilitar a utilização dos recursos tecnológicos por parte dos professores, e na medida do possível adquirir materiais tecnológicos necessários a aprendizagem, proporcionar cursos de preparação e utilização para utilização destes, uma vez que estes colaboram na aprendizagem e na autonomia do aluno com deficiência visual, inserido no ensino regular. Diante dos resultados apresentados conclui-se que apesar dos recursos didáticos, dos avanços tecnológicos e do conhecimento da existência destes recursos por parte dos professores regentes, há um despreparo dos mesmos, para a utilização em sala de aula, apesar da orientação que eles recebem e fica claro que os recursos não são muito explorados, por parte dos mesmos, no contexto das aulas. É importante ressaltar que a elaboração de um projeto pedagógico, com ações assertivas, para atender o aluno DV, nas suas necessidades e potencialidade, se faz necessário, situação que não foi observada na escola pesquisada, pois grande parte das atribuições do professor regente fica a cargo do professor especializado.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. F., **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. In Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n.º 21, março, 2001, pp. 160 - 173.
- BAUTISTA, Rafael (org). **Necessidades Educativas Especiais**. 2ª edição. Lisboa: De livro, 1997.
- BERSCHI. R., **Introdução à Tecnologia Assistiva, CEDI - Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil**, Porto Alegre – RS, 2008. Disponível em: <http://www.nec.fct.unesp.br/TA/3ed/material/m2s1a1> acessado em: 22.02.11, às 15:18.
- BÍBLIA, **Livro Sagrado Eletrônico**, disponível em <http://www.jesusvoltara.com.br/Biblia.htm>, acessada em 08.08.10, às 17:18..
- BONAMETTI, A. M.; PASSOS, J. N.; SILVA, E. M. K.; BORTOLIERO, A. L. **Surto de toxoplasmose aguda transmitida através da ingestão de carne crua de gado ovino**. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical 30(1):21-25, jan-fev, 1997. Disponível em <URL: <http://www.scielo.org>>. Acesso em 28 de março de 2011.
- BOYCE, P. R., **Human factors in Lighting. USA and Canada: Taylor e Francis Inc**, 2003. 584 citado por: RIBEIRO, C. S. O. Iluminação e Design de Interiores em Residências de Pessoas da Terceira Idade, UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO, 2006.
- BRASIL - **A Construção do Conceito de Número e o Pré-Soroban**, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2006.
- _____. **Lei nº 10.172/2001, Plano Nacional de Educação**, disponível, em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/, acessada em: 13.03.11
- _____. **Constituição Federal do Brasil, 1988**, disponível no site: www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao, acessado em 02.04.10 as 21:05.
- _____. **LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, disponível em: www.ufrpe.br/download.php?endArquivo=noticias/, acessado em 27.05.10 às 20:19
- _____. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**, Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial a Educação Básica**, 2001, disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf, acessado em: 28.09.10.
- _____. **Decreto 5.296/05, Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000**, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das

pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/legis1/loc_legis.asp> disponível em: 02.09.2010, às 20:00.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educação especializado**, Brasília: 2006.

_____. **Parecer CNE/CEB 17/2001, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos> acessado em 22.12.10, às 23:22

_____. **Parecer CNE/CEB nº 2/2002**, disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb, acessado em 15.11.10, as 17:30

_____. **Secretaria de Educação Especial, Expansão e Melhoria da Educação Especial nos Municípios Brasileiros / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial – Brasília: MEC/SEESP, 1994.**

_____. **Secretaria de Educação Especial. Subsídios para Organização e Funcionamento dos Serviços de Educação Especial: Área de deficiência visual. Série: Diretrizes Nº 08, 1994.**

_____. **Declaração de Salamanca**, disponível em: www.redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf, acessado em 02.04.10 às 11:05

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, Adotada e Proclamada pela resolução 217 A (III) da: Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948**, Disponível em: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_68, acessado em 22.02.11, as 21:24

BRUMER, A., PAVEI, K, MOCELIN, D. G., **Saindo da escuridão: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre**, Sociologias (11), 300 – 327.

BRUNER, J. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001. Citado por: RIBEIRO, J. C. COELHO, G. M., SILVA, D. N. H, **A Produção do Fracasso Escolar, Módulo 07 UNB**, 2010.

CAMPOS, L. F. DE, ARRUDA, S. M. C. DE P., GASPARE, M. E. R. F. G., **Faculdade de Ciências Médicas - FCM, UNICAMP, XVII, Congresso Interno de iniciação científica**, da UNICAMP, 2009.

CEOLIN, T; MACHADO, A. R.; NEHRING, C. M., **O ENSINO DE MATEMÁTICA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA – uma possibilidade de trabalho com alunos deficientes visuais X Encontro Gaúcho de Educação Matemática: 02 a 05 de junho de 2009, Ijuí/RS**

CERQUEIRA, J.B e FERREIRA, E.M.B. – **Os Recursos Didáticos na Educação Especial**. Revista Benjamin Constant, nº 5, ed. de dezembro de , 1996.

CORDE, **Comitê de Ajudas Técnicas, ATA VII**. Disponível em: www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/comite_at.asp, acessado: 07.03.11

CUNHA, A. C. B. DA, ENUMO, S. R. F., **Desenvolvimento da criança com deficiência visual e interação mãe-criança**: Algumas considerações, Psicologia, Saúde e Doenças, 2003, 4 (1), 33 - 46.

DE MASI, I. 2002. **Formação de Professor: Deficiente Visual, Educação e Reabilitação. Programa Nacional de Apoio à Educação de Deficientes Visuais**. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. São Paulo.

DISTRITO FEDERAL, **Lei Orgânica do Distrito Federal**, disponível em. www.cl.df.gov.br/cldf/legislacao/lei-organia, acessada: 12.12.2010, às 19:32.

_____, SEDF - **Plano Orientador das Ações Educação Especial nas Escolas Públicas do DF**, SEC/DF, Brasília-DF, 2006.

_____, **Lei 3218/03 de 05 novembro de 2003**, Dispõe sobre a universalização da educação inclusiva nas escolas de rede pública do Distrito Federal, disponível em: <http://www.mpdf.gov.br/legislacao/df/2003/3218>, acessado em: 02.03.11, às 21:10

_____, **Orientação Pedagógica Ensino Especial, Secretaria de Educação do Distrito Federal**, 2010, disponível em: <http://www.se.df.gov.br/>, acessado em: 12.03.11, às 22:00

FISSMER, L. E. W., LIMA G. C., NETTO, A. A., CORRÊA, M., A., G. A., FISSMER, J. F. W., **Avaliação da acuidade visual de alunos do ensino fundamental de uma escola da rede pública de Tubarão - SC**, Arquivos Catarinense de medicina, Volume 34, nº 1 2005

GARBIN, T. R., DAINESE, C. A., KIRNER., C. **Utilização dos Softwares “Virtual Vision” e “Skype”: Tecnologia e Acessibilidade Aplicada ao Ensino Presencial e a Distância para o Deficiente Visual**, Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP – FCH/FCMNTI, 2005, disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso>, 2005, acessado em 10.03.11, às 21:19

HADDAD, M. A O M. **Baixa Visão na infância. Manual Básico para oftalmologistas**. Larmara: São Paulo, 2001.

LIMA, E. C., NASSIF, M. C. M.. FELIPPE, M. C. G. C., **Convivendo com a baixa visão da criação à pessoa Idosa**, Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2007

MANTOAN, **Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MASINI, E. F. C., CHAGAS, P. A. C., C., TJHAIS K. M., **Facilidades e dificuldades Encontradas pelos professores que lecionam para alunos com Deficiência Visual em Universidades Regulares**, Revista Benjamim Constant, RJ, ano 12, nº 34 p.15, 2006.

MAZZARO, J. L. **Políticas para inclusão educacional: o professor e o aluno com baixa visão**, revista@mbienteeducação, SP, v.1 - n. 2, p. 40 - 55, ago./dez. 2008.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos de educação especial**. São Paulo: Editora: Pioneiras, 1997.

MELO, H. F. R. , **Deficiência visual: lições práticas de orientação e mobilidade**. Campinas: Unicamp, 1991.

MENDONÇA, A., MIGUEL, C., NEVES G., MICAELLO, M., REINO, V., **Alunos cegos e com baixa visão - Orientações Curriculares**. Ministério da Educação, Brasil, 2008.

MITTLER, P., **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONTILHA R..C. I. **Visão subnormal e a abordagem da terapia ocupacional**. Sinopse Oftalmol. 2006; 3 (1): 22 -24.

OLIVEIRA, M. L. S. DI GIOVANNI, M. E., NETO JR, F. P., TARTARELLA, M. B. **Catarata congênita: aspectos diagnósticos, clínicos e cirúrgicos em pacientes submetidos a lensectomia**, Arq Bras Oftalmol. 2004;67(6):921-6

PELOSI, M. B., NUNES, L.R.O.P., **Caracterização dos Professores Itinerantes, suas Ações Na Área de Tecnologia Assistiva e seu Papel como Agente de Inclusão Escolar**, Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.15, n.1, p.141-154, jan.-abr. 2009.

RAMOS, A. **Fisiologia da Visão, Um estudo sobre o “ver” e o “enxergar”**, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, 2006.

RAPOSO, P. N., CARVALHO, A **pessoa com Deficiência Visual na Escola**, Módulo 6, UNB, 2010.

RIBEIRO, J. C. C, MIETO, G., SILVA, HENRIQUE NUNES, D., **A Produção do Fracasso Escolar**, Modulo 07 UNB, 2010

RIZKALLAH, Z., GAROLLA L. P. **Atuação Fonoaudiológica em uma nova perspectiva de educação especial: O trabalho com crianças surdas**. Pró-fono 1999; 11(1): 134-139.

SÁ, E. D. de, CAMPOS I, M. DE, SILVA, M. B. C., **Atendimento Educacional Especializado, Deficiência Visual**, SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. RJ: WVA, 1997. citado por REGINATO, L. G., **Inclusão escolar do deficiente físico: a visão dos profissionais de escolas municipais e de fisioterapeutas atuantes na área de**

neuropediatra do município de cascavel, Monografias do Curso de Fisioterapia da Unioest n. 01 – 2005

SILVA, D. N. H. R., COELHO, J. C., MIETO G., **O aluno com deficiência intelectual na sala de aula: considerações da perspectiva histórico-cultural**, Modulo 7 – 7.2. UNB, 2010

SILVA, E. G. E ., TUNES, E., **Abolindo mocinhos e bandidos: o professor o ensinar e o aprender**. Brasília: ED UNB, 1999.

SILVA, T. A. R. da, **Desenvolvimento de Recursos Didáticos para o Ensino de Verminoses para Deficientes Visuais**, Dissertação apresentada Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro Campos dos Goytacazes- Rio de Janeiro, 2008

SONZA, A. P., SANTAROSA, L. M. C., **Ambientes Digitais Virtuais: acessibilidade aos Deficientes Visuais**. Revista Novas Tecnologias na Educação, disponível em: www.cinted.ufrgs.br/renote, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2003



SOUZA, R.M., GÓES, M.C.R. **O ensino de surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão**. In: C. SKLIAR (Org.): **Atualidades da educação bilíngüe para surdos**. V.1, Porto Alegre: Mediação, 1999, p. 163-188.

TEIXEIRA, Rubens de França; PACHECO, Maria Eliza Correa. Jan/mar 2005. **Pesquisa social e a valorização da abordagem qualitativa no curso de administração: a quebra de paradigmas científicos**. Cadernos de Pesquisa em Administração. São Paulo: FEA/USP, v.12, n.1.

TUNES, E. BARTHOLO, R., **Nos Limites da Ação Preconceito Inclusão e Deficiência**, EDUFSCAR, 2007.

APÊNDICES

I– Questionário do Professor Regente / Sala de Recursos

	<p>UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO – PED CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR</p>	 <p>UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL</p>
---	---	--

Identificação

Sexo: Feminino () Masculino ()

Sua idade está entre:

() 20 e 25 anos () 25 e 30 anos
() 30 e 35 anos () 35 e 40 anos () mais de 40 anos

Formação acadêmica:

() Superior: em qual área: _____
() Pós-graduado em: _____ Mestrado () Sim () Não

Tempo de magistério:

() 0 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos
() 15 a 20 anos () mais de 20 anos

Experiência com alunos com DV em sala de aula?

() Sim () Não

Como foi sua experiência? _____

Você tem curso (s) na área de educação inclusiva?

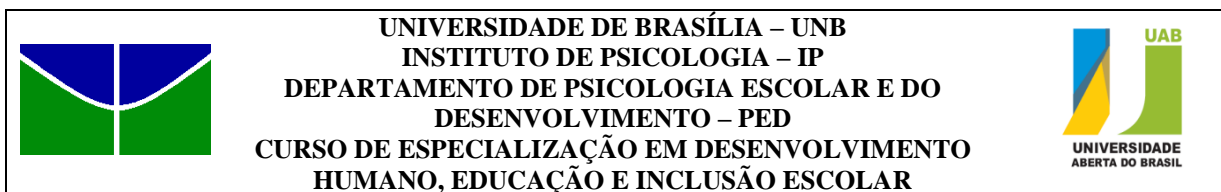
() Sim () Não

Você tem curso para trabalhar com deficiência visual?

() Sim () Não

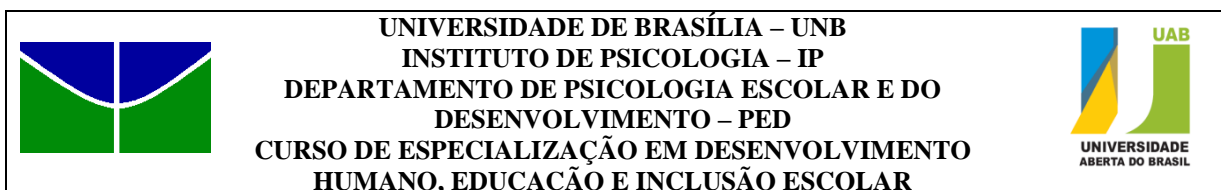
Quais: () Pré Sorobã () Sorobã
() Braille () Baixa visão () outros

II – Roteiro para Entrevista com o Professor Regente



1. Fale o que você entende sobre inclusão?
2. Professora você tem experiência em trabalhar em sala de aula com alunos deficientes visuais?
3. Você pode me colocar os pontos mais importantes para o desenvolvimento do seu trabalho pedagógico em sala de aula, com o aluno deficiente visual?
4. Fora o material em braille você conhece algum outro material disponível para desenvolver suas atividade em sala de aula com o aluno deficiente visual?
5. Quais são as suas dificuldades para trabalhar as atividades pedagógicas com o aluno DV em sala de aula?
6. A avaliação e currículo do aluno deficiente visual são adaptados?
7. Você recebeu algum treinamento para utilizar o material adaptado em sala de aula com o aluno deficiente visual?

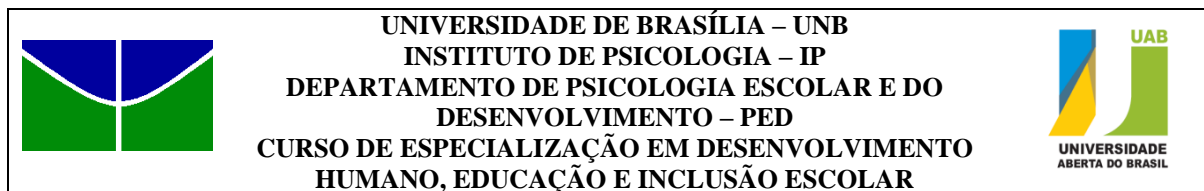
III – Roteiro para Entrevista com o Professor da Sala de Recursos



1. Fale o que você entende sobre inclusão?
2. A sala de recurso faz orientação às famílias e a comunidade escolar quanto ao atendimento dos alunos deficientes visuais?
3. O que você julga importante para a aprendizagem do aluno deficiente visual?
4. Cite algumas sugestões para viabilizar a inclusão escolar de alunos com deficiência visual.
5. Quais as atribuições do professor da sala de recursos deficientes visuais?
6. Quais os recursos e técnicas didáticos utilizados na aprendizagem do aluno deficiente visual? Em sala de aula e no atendimento complementar?
7. Entre os recursos e técnicas didáticos utilizados pelo aluno deficiente visual dele o aluno sente mais dificuldade em utilizar?
8. O aluno deficiente visual necessita de utilizar material adaptado como: transferidor, mapas, gráficos e outros materiais, no seu processo de aprendizagem. Ao solicitar esse material para a sala de recursos você orienta o professor a utilizar-lo em sala de aula?

ANEXOS

I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre: **Inclusão do aluno com deficiência visual, no ensino regular e o uso das ferramentas pedagógicas na aprendizagem**. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa observação do espaço físico da instituição de ensino, da sala de aula, das situações cotidianas e rotineiras da escola e, ainda, entrevistas (questionário) com alunos e os professores que atendem alunos com deficiência no intuito de informações sobre a inclusão dos alunos. Para isso, solicito sua autorização para participação deste estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone 34621443 ou 82309405 ou no endereço eletrônico: carlaterci@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Francisca Cléa A. de Carvalho. UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim

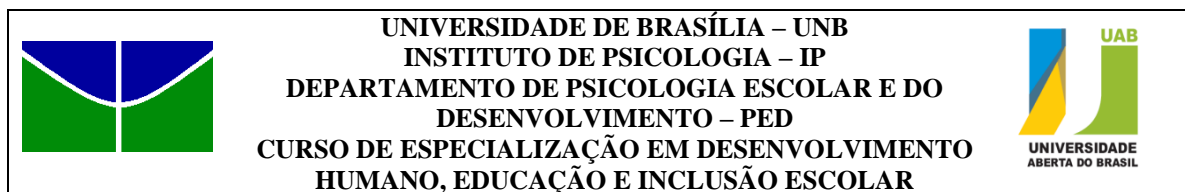
() Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____.

II - Carta de Apresentação



A(o) Diretor(a)

Escola: CEF _____ de Taguatinga

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: Coleta de Dados para Monografia

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (pólos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilândia), além de alunos inscritos em outros pólos, mas que atuam nesta rede. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Informo que foi autorizado pela Secretaria de Educação por meio do ofício nº. 499/2010 – EAPE, DEM datado de: 28/10/2010, a realização das coletas de dados para as pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Informações a respeito dessa autorização podem ser verificadas junto a Secretaria de Educação por meio dos telefones nº. (61) 3224 0016 (61) 3225 1266 | Fax (61) 3901 3171.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Francisca Cléa A. de Carvalho, sob orientação, cujo tema é: Carla Francini H. T. F. Nascimento, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) _____ ou por meio dos e-mail: carlaterci@hotmail.com.

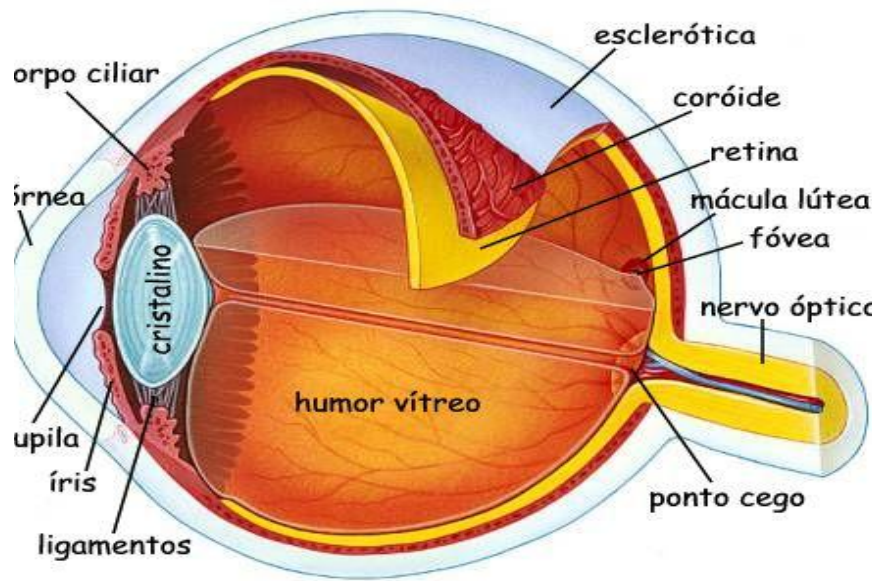
Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

III – Figuras

Figura 1: Olho Humano

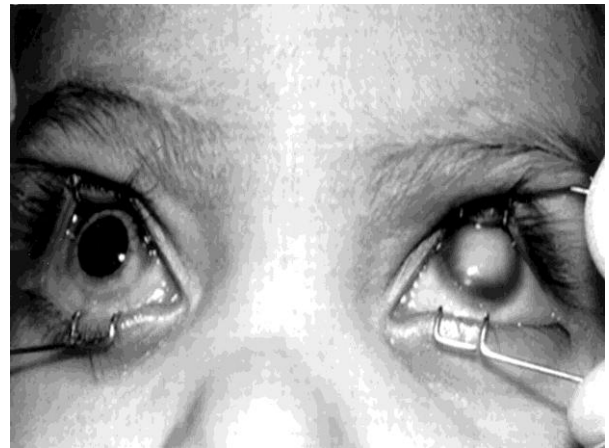


Fonte: <http://www.gruporetina.org.br/img/olho.jpg&imgrefurl>

Figura 2: Córnea com alterações na estrutura ou na função da visão



Fonte: <http://www.aptomed.com.br/site/pagedetalhescanal.php?id=23> - Córnea com ceratocone



Fonte: http://www.gfmer.ch/genetic_diseasesv2/gendis_detail_list.php?cat3=1032 - Glaucoma Congênito

Figura 3: aluno fazendo cálculo com sorobã



Fonte: Carvalho, FCA, dezembro de 2010